

A PAISAGEM COMO FORMA RECONHECÍVEL DO ETHOS HUMANO. UM DIÁLOGO ENTRE A PSICOLOGIA CIENTÍFICA E A FILOSOFIA DA PAISAGEM

SANDRA MARIA PATRÍCIO RIBEIRO

sandrapatricio@usp.br



10.64082/phs.2024.01.4.2

RESUMO

O ensaio aborda o tema “Ética da Paisagem” a partir do problema assumido por muitos filósofos da paisagem, de se elaborar um conceito abrangente e relacional, capaz de conjugar o plano subjetivo com dimensões objetivas. A autora articula tal problema à noção de ethos, cujas ressonâncias no campo da psicologia científica ela vem investigando nos últimos anos. Em conclusão, será defendido o potencial heurístico, tanto para a psicologia científica quanto para a filosofia da paisagem, de uma abordagem híbrida, que enfoque descritivamente as manifestações de influências entre o lugar de vida (situação), a subjetividade (“vida psíquica” ou “interioridade”) e os comportamentos pessoais e sociais (a vida individual e coletiva, tal como se exterioriza nas atuações, condutas, procedimentos e hábitos das pessoas).

Palavras-chave: Psicologia, Psiqué, Comportamento, Subjetividade, Lugar, Ethos, Ética, Paisagem.

ABSTRACT

Landscape as a recognizable form of human ethos. A dialogue between Scientific Psychology and Philosophy of Landscape

The essay addresses the theme “Landscape Ethics” based on the problem reinforced by many landscape philosophers of developing a comprehensive and relational concept capable of combining the subjective plane with objective dimensions. The author links this problem to the notion of ethos, whose resonances in the field of psychology she has been investigating in recent years. In conclusion, the heuristic potential of a hybrid approach will be defended, both for scientific psychology and for the philosophy of landscape, that descriptively addresses the manifestations of influences between the place of life (situation), subjectivity (“psychic life” or “interiority”) and personal and social behaviors (individual and collective life, as externalized in people’s actions, conduct, procedures and habits).

Keywords: Psychology, Psyche, Behavior, Subjectivity, Place, Ethos, Ethics, Landscape.

* Prof^a. Associada da Universidade de São Paulo- USP (Departamento de Psicologia Social e do Trabalho).

REPENSANDO A PSICOLOGIA...

PARECE SER IMPOSSÍVEL DELIMITAR

com nitidez o que é a Psicologia. Quanto ao seu objeto, já se disse que *“não existe forma de definir o objeto de estudo da psicologia de uma maneira que agrade a todos os psicólogos”*¹, e isto deve ser verdadeiro. Quanto à sua trajetória histórica, ajudaria ainda menos: embora seja uma história temporalmente curta (há quem marque o seu início no ano de 1879, quando Wilhelm Wundt fundou o Laboratório de Psicologia Experimental da Universidade de Leipzig, primeiro centro internacional de formação de psicólogos), há tantas controvérsias que seria pouco esclarecedor (e muitíssimo enfadonho) tentar analisar detidamente as muitas versões disponíveis.

¹ MARX, Melvin H. & HILLIX, William A. *Sistemas e teorias em psicologia*. São Paulo: Cultrix, 1976 (p. 67).

Resta-me, portanto, apenas tentar mostrar, grosso modo, algumas linhas de quebra que conferem à psicologia seu característico aspecto multifacetado – sua decantada *multiversidade*, presente já desde os primeiros projetos de construção de uma psicologia científica que, tendo surgido junto com a Modernidade, tomaram formas mais definidas a partir de meados do século XIX, momento ao redor do qual surgiram quase simultaneamente os vários projetos de psicologia científica que ainda hoje (mais ou menos transmutados em escolas, abordagens, correntes etc.) sustentam os pensamentos e as práticas dos psicólogos². Para começar, consideremos um certo grupo de verbetes do dicionário da *American Psychological Association* (APA):

Psicologia científica: a coleção de fatos, teorias e técnicas científicos que foram desenvolvidos e validados através do uso do MÉTODO CIENTÍFICO. Eles dependem, portanto, de uma medição objetiva e da replicação de resultados sob condições controladas ou conhecidas. Ver PSICOLOGIA EXPERIMENTAL.

Psicologia experimental: o estudo científico do comportamento, motivos ou cognição em um laboratório ou outro ambiente experimental a fim de prever, explicar ou controlar o comportamento ou outros fenômenos psicológicos. A psicologia

² Isto fica evidente pela simples observação de que muitos dos investigadores mais reconhecidos da psicologia científica foram quase contemporâneos entre si, como se pode verificar pelo período de vida de algumas figuras emblemáticas: Wilhelm Wundt: 1832-1920; Ivan Pavlov: 1849-1936; Sigmund Freud: 1856-1939; John Dewey: 1859-1952; Edward Titchener: 1867-1927; Edwards L. Thorndike: 1874-1949; Carl Gustav Jung: 1875-1961; Sandor Ferenczi: 1873-1933; John B. Watson: 1878-1958; Max Wertheimer: 1880-1943; Melanie Klein: 1882-1960; Kurt Koffka: 1886-1941; M. Kohler: 1887-1967; Friederich (Fritz) Perls: 1893-1970; Jean Piaget: 1896-1980; Lev Vygotsky: 1896-1934; Wilhelm Reich: 1897-1957; Wilfred R. Bion: 1897-1979; Erich Fromm: 1900-1980; Erik Erikson: 1902-1994; Carl Rogers: 1902-1987; Jacques Lacan: 1901-1981; Alexander Luria: 1902-1977; Burrhus (Brutus) F. Skinner: 1904-1990. É notável que toda esta gente nasceu entre 1832 e 1904 – um arco temporal de apenas 72 anos – e que tenham concebido, quase simultaneamente, maneiras muito díspares de investigar problemas já então bastante antigos, cujos contornos haviam sido traçados por pensadores e cientistas de gerações anteriores: o problema mente-corpo; a psicologia da percepção; o problema do tempo de reação e as diferenças individuais (MARX, Melvin H.; HILLIX, William A., *Op. cit.*, p. 59-64). Além disso, cabe destacar que nesta cronologia estão representados não somente os grandes “patronos” da psicologia científica, como também figuras centrais de “segunda geração” que deram origem às principais perspectivas epistemológicas e abordagens teórico-metodológicas atualmente ensinadas nas universidades e aplicadas em muitos setores da vida social, como educação, trabalho, saúde, política etc.

experimental pretende estabelecer relações quantificadas e teorias explicativas através da análise de respostas sob diversas condições controladas e uma síntese das descrições teóricas adequadas a partir dos resultados de tais observações. Ver também PSICOLOGIA EMPÍRICA.

Psicologia empírica: abordagem de estudo e explicação de fenômenos psicológicos que enfatiza a observação objetiva (Ver MÉTODO DE OBSERVAÇÃO) e o MÉTODO EXPERIMENTAL como fonte de informação sobre o fenômeno em consideração. Compare com PSICOLOGIA RACIONAL. Ver também PSICOLOGIA EXPERIMENTAL.

Psicologia racional: uma abordagem ao estudo e explicação de fenômenos psicológicos que enfatiza filosofia, lógica e razão dedutiva como fontes de insight nos (sic) princípios que estão por baixo da mente e que tornam a experiência possível. Essa abordagem contrasta nitidamente com a da PSICOLOGIA EMPÍRICA. Ver também PSICOLOGIA FILOSÓFICA. [proposto pelo filósofo, teólogo e psicólogo norte-americano Laurens Perseus Hickok (1798-1888)].

Psicologia filosófica: o ramo da psicologia que estuda as questões filosóficas relevantes à disciplina e o pressuposto filosófico que baseia suas teorias e métodos. Ela aborda a psicologia de uma perspectiva ampla inspirada por um conhecimento de metafísica, epistemologia, ética, pela história de idéias, pela filosofia da ciência e pelos instrumentos de análise filosófica formal. Os psicólogos filosóficos tendem a se concentrar mais nas questões maiores se originando no campo do que na construção de modelo e obtenção de dados. Ver também PSICOLOGIA RACIONAL.

Estes verbetes estabelecem um nítido contraste entre as modalidades “filosófica” e “racional” de psicologia e, de outro lado, a modalidade apresentada como sendo propriamente “científica” – esta última vinculada diretamente à empiria e aos procedimentos de observação, mensuração e experimentação. Pode-se notar facilmente a classificação que subjaz a este grupo de verbetes: tudo se passa como se a psicologia científica constituísse

um campo unívoco, no qual já estivessem nitidamente definidos o objeto e os métodos de estudo. Neste campo *pacificadamente* científico, as psicologias ditas “filosófica” e “racional” manteriam certa afinidade com os temas e métodos filosóficos – mas, por isto mesmo, seriam algo como um apêndice precário, algo além ou aquém da psicologia científica. Por outro lado, os métodos da psicologia científica pareceriam valer muito pouco, quase nada, para a investigação das *questões maiores* propostas pela filosofia e dos *princípios subjacentes*, logo inapreensíveis através de esforços de observação e medição objetivas e replicáveis.

Todavia, a psicologia científica está longe de ser um campo pacificado. Caberá apresentar aqui a visão oferecida pelo professor Luís Cláudio Figueiredo sobre este assunto, na obra *Matrizes do pensamento psicológico*³. Ele propõe um panorama baseado, sim, numa “dualidade”, mas já não entre psicologia científica e qualquer outra forma de psicologia, que então se poderia chamar de “não científica”. Para este pensador, a dualidade se daria entre matrizes de pensamento psicológico que ganharam expressão nos diversos projetos de construção da psicologia como ciência independente, todos aspirando a corresponder aos propósitos e métodos “científicos”.

Neste quadro, de um lado estariam reunidas as matrizes “cientificistas” (representadas pelos projetos nomotético e quantificador; atomicista e mecanicista; funcionalista e organicista; ambientalista e nativista e os interacionismos correlatos), no bojo das quais, segundo o autor,

a especificidade do objeto (a vida subjetiva e a singularidade do indivíduo) tende a ser desconhecida em favor de uma imitação mais ou menos bem-sucedida e convincente dos modelos de prática vigentes nas ciências naturais (Figueiredo, 1991, p. 26-27).

De outro lado, estariam as matrizes “românticas e pós-românticas” (representadas pelos projetos vitalista e naturista; projetos compreensivos, de viés historicista ou estruturalista; e projetos fenomenológicos e existencialistas), no bojo das quais “se reconhece e sublinha a especificidade

³ FIGUEIREDO, Luís Cláudio M.. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

do objeto – atos e vivências de um sujeito, dotados de valor e significado para ele –, e reivindica-se a total independência da psicologia diante das demais ciências” (*Idem*, p. 27).

Cumprе ressaltar que o autor esclarece que não se trata de uma dualidade estanque; ao contrário, o mútuo antagonismo existente entre estas matrizes de pensamento engendraria um dinamismo irrefreável: numa direção, as psicologias de matriz “cientificista” tendem a estar comprometidas não apenas com a produção de conhecimento básico e de técnicas, mas também com a legitimação de práticas sociais de controle e dominação – que tendem a redundar em contestações “cuas manifestações teóricas no campo da psicologia emergem das matrizes românticas” (*Idem*, p. 32); na direção inversa, as psicologias de matriz “romântica e pós-romântica” (excetuando-se os estruturalismos, o que não caberia esmiuçar aqui) tendem a legitimar “o retraimento do sujeito sobre si mesmo numa inflação inconsequente e formal da subjetividade” (*Idem*, p. 38), sem jamais problematizar as condições objetivas que sustentam, concretamente, esta subjetividade.

Por fim, e após examinar um-a-um os principais projetos de psicologia engendrados por estas matrizes, Figueiredo chega à conclusão de que a diversidade (até fragmentação) epistemológica da psicologia que se pretende científica não é fortuita nem constitui uma espécie de sinal de “imaturidade” do campo; antes, corresponderia “a diferentes formas de relações que os sujeitos instauram entre si no contexto da vida em sociedade” (*idem*, p. 205).

Na mesma página, Figueiredo enfatiza que a multiplicidade dos enfoques em psicologia não deve ser atribuída à “natureza humana”, e sim à “complexidade e contraditoriedade das formas de relação social”. Para demonstrar isto, o autor resenha as diversas tentativas frustradas de unificação do campo (seja em relação ao seu objeto, seja em relação aos seus métodos), bem como a alternativa sempre aventada, porém impraticável por falta de critérios de exclusão consensuais, de se expurgar formas “não-científicas” de psicologia.

Em suma, no âmbito da classificação proposta por Figueiredo a psicologia científica desponta como um campo cindido, autocontraditório e dissonante – e sem qualquer possibilidade de genuína harmonização⁴. De fato, a definição do objeto de estudo da psicologia é cercada por profundas rupturas e dissonâncias: para uns, o “comportamento dos seres vivos”; para outros, qualquer coisa que possa ser subsumida à expressão “outros fenômenos psicológicos”; para outros ainda, “a vida subjetiva e a singularidade do indivíduo (particularmente, o humano)”.

É importante salientar que, nisto, embute-se uma repartição simples: de um lado, privilegia-se algo visível, diretamente observável em sua superfície (o comportamento dos seres vivos); de outro lado, algo que corresponderia a uma interioridade oculta e enigmática (outros fenômenos psicológicos, ou seja, fenômenos psíquicos não consensualmente enquadráveis na categoria “comportamentos”, ou ainda a vida subjetiva e a singularidade dos indivíduos).

Todavia, esta repartição aparentemente simples entre uma psicologia que enfocaria “algo visível” e outra, que enfocaria “uma interioridade oculta e enigmática” é bastante problemática. Basta lembrar, por exemplo, que as “superfícies visíveis” desdobram-se desde o comportamento “manifesto” de indivíduos e grupos humanos e não humanos, diretamente observável em condições naturais ou controladas, até às estruturas anátomo-fisiológicas e funcionais internas ao organismo, descobertas através de técnicas mais ou menos invasivas, de cirurgia ou de imageamento, desenvolvidas no campo da neurociência – isto para nem mencionar métodos mistos, tais como a análise funcional do comportamento, que permitem constatar e descrever relações de interdependência entre condições e contingências “diretamente observáveis” e comportamentos, sejam eles manifestos ou “encobertos”.

⁴ Cumpre notar que Figueiredo compara suas afirmações em relação ao texto de Georges Canguilhem, “O que é a psicologia científica” [*Qu’est-ce que la psychologie scientifique?*], uma conferência proferida no *Collège Philosophique* em 1956 e posteriormente publicada (p.e., em *Études d’histoire et de philosophie des sciences*, em 1979). Há diferenças no modo como estes autores repartem os diferentes projetos de psicologia científica, sendo que Canguilhem, reconhece três subdivisões: 1) A psicologia como ciência natural; 2) A psicologia como ciência da subjetividade, por sua vez subdividida em a) uma física do sentido externo, b) uma ciência do sentido interno e c) uma ciência do sentido íntimo; e 3) A psicologia como ciência das reações e do comportamento. Por outro lado, ambos os autores concordam em que a existência de variadas modalidades de configurar objetos e procedimentos de estudo decorre de uma irredutível dispersão de interesses.

Outro aspecto notável é que, não raro, a bipartição visível/oculto seja confusamente associada a outras bipartições (igualmente problemáticas) presentes no campo da psicologia científica – por exemplo, todo o trabalho da Neurociência supõe uma bipartição entre o “substrato” neural e seu “funcionamento”, do qual derivariam todos os processos mentais e comportamentos do organismo (note-se que esta suposição permanece necessária, mesmo considerando-se que o substrato neural possa ser modificado a partir de consequências dos processos mentais e comportamentos que engendrou – algo a que se pode chamar “aprendizagem”). Outra bipartição, agora entre o “interior” e o “exterior” do organismo, pode ser exemplificada pelas estruturas e funções mentais estudadas pela psicogenética e pela psicologia da Gestalt, ou ainda pelos processos psicodinâmicos estudados pelas várias correntes psicanalíticas. Não admira, portanto, a dissonância (para não dizer “balbúrdia”) que impera no campo da psicologia científica!

Retomando agora a resenha mui encurtada que fiz acima da posição adotada por Luís Cláudio Figueiredo, devo dizer que concordo inteiramente com ele quanto à pluralidade constitutiva e irreduzível da psicologia, que ele demonstra brilhante e sobejamente; contudo, devo dizer também que, ao contrário dele, me sinto inclinada a correlacionar, sim, a dualidade que ele aponta nas matrizes do pensamento psicológico à natureza humana – e não apenas, como ele, à “complexidade e contraditoriedade das formas de relação social”.

Penso que a dualidade apontada por Figueiredo entre as *matrizes científicas* e as *matrizes românticas e pós-românticas* correspondem, sim, à natureza híbrida do humano; um hibridismo constitutivo de nossa condição, que nosso pensamento e nossa linguagem parecem estar inclinados, talvez condenados, a reconhecer e expressar na forma de dualidades semânticas mais ou menos confusas – sobretudo as dualidades “substrato/funcionamento” e “interior/exterior” parecem-me inerentes à nossa natureza corpórea e viva. Penso que tais dualidades são mesmo irreduzíveis, seja porque são inerentes ao objeto da psicologia, não importando como o queiramos delimitar, seja porque são inerentes ao trabalho científico conduzido pelo sujeito cognoscente (o *pesquisador*), seja porque ambas as coisas estão

factualmente imbricadas. Enfim, acho que não ajuda muito atribuí-las à *complexidade e contraditoriedade das formas de relação social* e, seja como for, isto apenas faria com que nos afastássemos dos problemas colocados pela empreitada psicológica e rumássemos na direção da Sociologia, onde outro tanto de problemas entrariam em pauta.

De minha parte, creio que um passo mais produtivo seria um recuo desde o objeto, em direção ao escopo comum que reúne, sob a rubrica da psicologia científica, os diversos projetos historicamente aventados para a sua construção.

Em termos sumários, é preciso relembrar que todos os projetos de construção de uma psicologia científica visaram (e visam) produzir conhecimento seguro e estável sobre a interioridade e/ou as manifestações comportamentais do sujeito empírico – especialmente o sujeito humano – conquanto defendam diferentes caminhos para o seu alcance e tomem como objeto de estudo diferentes “porções” de uma tal interioridade e/ou comportamentos (p.e., a consciência, a fisiologia, a memória, a motivação, as estruturas inatas ou adquiridas que sustentam as operações mentais ou motoras, o inconsciente etc., etc.), e que dediquem maior ou menor atenção ao contexto exterior (p.e., o ambiente, o território, o recinto, a instituição etc.) no qual insere-se o sujeito.

Para ser exaustiva, também me parece correto afirmar que todos os projetos de psicologia científica pressupõem, tácita ou explicitamente, que tal conhecimento seguro e estável, uma vez alcançado, será capaz de orientar procedimentos eficazes de predição e controle sobre a interioridade e/ou sobre as manifestações comportamentais de sujeitos empíricos em situações concretas – seja a partir de uma agência externa à tais sujeitos (Estado, instituições sociais etc.), seja a partir deles próprios, ou seja, do autocontrole (em benefício, por exemplo, de escolhas mais satisfatórias, de hábitos melhores, de uma vida mais feliz etc.).

Um segundo passo, ainda de recuo, seria considerar mais detidamente algumas noções que demarcam os contornos do campo da psicologia: *psiqué*, mente, comportamento e subjetividade.

Começo pela noção expressa pela palavra *psiqué*, que veio a dar nome à psicologia – ao que tudo indica, cunhada por Marko Marulic no século XVI, ou às suas vésperas⁵, por derivação do termo grego *psiqué*- (sôpro ou alento, espírito, alma) + *logia* (estudo). Já tive ocasião de abordar o assunto anteriormente, e me permito transcrever aqui algumas coisas que disse então⁶:

O vocábulo grego *psiqué*, donde deriva psicologia, significou originariamente sôpro ou alento. Do ponto de vista da etimologia, verifica-se que o vocábulo *psiqué*, tal como alma e espírito, provêm todos de raízes indo-européias que exprimem a idéia de “soprar”, “respirar”. Assim, por exemplo, os substantivos latinos *anima* (= “hálito, alma”) e *animus* (= “ânimo, brio, coragem”) derivam do substantivo grego *ánemos* (= “vento”); o substantivo latino *spiritus* (= “vento, hálito”) relaciona-se com o verbo *spirare* (= “soprar”); o sânscrito *atmán* (= “respiração”, e daí “alma”)⁷. Do ponto de vista filológico, *psiqué* relacionou-se, ao longo das eras, tanto à substância etérea que se exalaria no último suspiro, deixando o corpo, antes vivo e ativo, reduzido à condição de cadáver inerte quanto, por extensão, aos princípios ou causas finais de todas as manifestações da vida.

O Dicionário de Termos e Nomes Filosóficos de Garth Kemerling⁸ apresenta um conciso relato deste percurso, que vale a pena transcrever:

ψυχή [*psiquê*] – termo grego para a alma como princípio essencial da vida e *locus* da consciência. Embora utilizado pré-filosoficamente apenas em referência ao “sôpro vital”, o termo foi associado pelos filósofos pré-socráticos, inclusive especialmente por Anaxágoras,

⁵ K. Krstic. Marko Marulic-The author of the term *Psychology*. In: *Acta Instituti Psychologici Universitatis Zagrabienensis*, nº. 36, p. 7-13, 1964. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ps000129.pdf>. (Acesso: 31.maio.2016).

⁶ RIBEIRO, S.M.P.; HENNRICH, D.-M.; AGUIAR, G.. Entrelaçar as paisagens na cidade: reflexões sobre corpo e alma a partir da obra de James Hillman. In: *Cidade e alma: perspectivas*. ALCÂN-TARA, Acací de; CABRAL, Arthur S. C.; LIMA, Catharina P. C. S.; BARCELLOS, Gustavo; BARTALINI, Vladimir (Orgs.). São Paulo: FAUUSP, 2018, p. 36:46/ DOI: 10.11606/9788580891515 / Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cidadeealmaperspectivas/>

⁷ BESSELAAR, José Van Den. *As palavras têm a sua história*. Braga: AAPACD, 1994, Cap. 7- Corpo e Alma. p. 277-290.

⁸ The Philosophy Pages by Garth Kemerling- A Dictionary of philosophical terms and names. Disponível em: <http://www.philosophypages.com/dy/p9.htm#psyche> (Acesso: 5.jun.2016; tradução livre).

como um princípio explicativo. O pensamento pitagórico propôs que a psique fosse compreendida como o elemento persistente na vida de um indivíduo. Platão ampliou essa visão fazendo um relato detalhado da alma tripartite, e das virtudes associadas a cada parte, e argumentando sobre a imortalidade de seu componente racional. Aristóteles restaurou o sentido amplo do termo, usando-o para as diversas funções características dos seres vivos em geral. Pensadores neoplatônicos fizeram da psique o princípio cósmico de todo o movimento (Kemerling, 2016).

Recuperando aqui estes breves apontamentos de caráter etimológico e filológico eu pretendo, tão somente, assinalar a amplitude desconcertante da palavra *psiqué*. Ao longo dos tempos, esta misteriosa palavra esteve imbricada em todos os estudos concernentes aos seres vivos (e particularmente aos Homens), seja indicando uma essencialidade metafísica como nos mitos e mesmo em vários filósofos, seja indicando aspectos imanentes ao modo próprio da existência humana como nas concepções fisicistas que, desde tempos remotos, buscavam compreender de que maneira cada organismo semovente (inclusive o humano) podia estabelecer relações com o mundo que o rodeia.

Ora, se a psicologia é o estudo da *psiqué*, e a *psiqué* é algo como um princípio ou causa final de todas as manifestações da vida, de que trata, então, a psicologia? E como, por quais métodos, a psicologia poderia abordar um objeto de estudo tão vasto? Sendo inviável empreender nos limites deste texto as discussões implícitas nas respostas oferecidas a esta singela pergunta, resta-me apenas sugerir seus contornos. Vejamos, por exemplo, como duas fontes recentes definem a Psicologia: primeiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS), através de seus Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “A ciência voltada para o estudo dos processos mentais e do comportamento dos homens e animais”⁹; depois, a *American Psychological Association* (APA) em seu já mencionado dicionário¹⁰: *O estudo da mente e do comportamento*.

⁹ DeCS - Descritores em Ciências da Saúde, do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (originalmente, Biblioteca Regional de Medicina- BIREME) /Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), disponível na Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia- BVS-Psi. <http://www.bvs-psi.org.br/>

¹⁰ VANDENBOS, G.R. (Org.). *Dicionário de psicologia APA*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Mas não devemos nos deixar iludir pela concisão pretensamente esclarecedora destas definições: vocábulos como “mente” ou “comportamento”, olhados mais de perto, são tão misteriosos quanto *psiqué*. Basta notar que “mente” (do latim, *mens mēntis*) pode ainda hoje significar desde “intelecto”, até “alma” ou “espírito”¹¹, atualizando significados que remontam às fontes latinas tradicionais, nas quais se emprega o termo com o sentido de entendimento, potência intelectual, ânimo, intenção, desígnio, projeto, memória, lembrança, imaginação, pensamento, vontade, afeto¹².

Igualmente, “comportamento” (inclusive em suas versões em francês, *comportement*; inglês, *behavior*; alemão, *Verhaulten*) carrega vastos significados, aplicando-se, a bem da verdade, a todas as manifestações da vida de um organismo. A propósito, caberá lembrar a definição dada por Henri Piéron¹³ ao comportamento, como palavra que “Designa as maneiras de ser e agir dos animais e seres humanos, as manifestações objetivas de sua atividade global”¹⁴. Aliás, também B. F. Skinner “quase” identifica comportamento e vida, como nas seguintes passagens¹⁵.

O comportamento é uma característica primordial dos seres vivos. Quase o identificamos com a vida propriamente dita. Qualquer coisa que se mova é tida como viva – especialmente quando o movimento tem direção ou age para alterar o ambiente (Skinner. c. 1969, p. 68); e

Os reflexos e outros padrões inatos de comportamento desenvolvem-se porque aumentam as oportunidades de sobrevivência da espécie. Os operantes se fortalecem

¹¹ CUNHA, A.G. da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

¹² ULHOA CINTRA, G.; CRETELA Jr., J. *Dicionário Latino-Português*. São Paulo: Anchieta, 1944.

¹³ Cabe notar que Henri Piéron terá considerado o “comportamento” como o objeto de estudo próprio da Psicologia Científica cerca de cinco anos antes que J.B. Watson o fizesse em seu célebre manifesto de 1913 (*Psychology as a behaviorist views it*), e o teria declarado na abertura de uma série de conferências sobre a evolução do psiquismo que proferiu entre 1907 e 1908 na Secção de Ciências Naturais da *École Pratique des Hautes Études* (França). Sobre o assunto, veja-se: DAGFAL, Alejandro (s/d). *El concepto de conducta en la psicología francesa contemporánea*. Disponível em: El Seminario. <http://www.elseminario.com.ar/>

¹⁴ PIÉRON, Henri (1969/1951). *Dicionário de psicologia*. Porto Alegre: Globo.

¹⁵ SKINNER, B.F. *Ciência e Comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

porque são seguidos por conseqüências importantes na vida do indivíduo (*Idem.* 100).

Enfim, talvez tenhamos *trocado seis por meia dúzia* quando, julgando a palavra “alma” demasiado ampla e misteriosa para servir aos propósitos científicos, a preterimos em favor de “mente” e “comportamento”. Os eventuais ganhos (e perdas) que daí decorrem para as diversas maneiras de pensar e praticar a psicologia não poderiam ser discutidos nos limites deste ensaio; o que aqui pretendo fazer notar é que, com maior ou menor acurácia, todas estas palavras – psiqué, mente, comportamento – apontam na direção do conjunto de todas as interações mantidas por todo e qualquer organismo vivo, enquanto dura sua vida, com o ambiente (outro termo ambíguo ao qual retornarei em breve).

Seja como for, ocorre que “estudar a alma” – a sua própria e a de todos que estão à sua volta – reveste-se de importância crucial para todo e qualquer ser humano, desde o nosso advento na Terra. Mesmo que a palavra *psiqué* possa ter sido, ao longo dos tempos, decupada em seus múltiplos aspectos, cada um de seus “cortes” – essência da vida, vontade, mente, comportamento etc. – sustentou e sustenta ainda uma significação vital. Precisamos, a cada momento, saber *o que nos vai na alma* e, igualmente, *o que vai na alma dos outros*, ou seja, de todos aqueles com quem interagimos direta ou indiretamente – embora, naturalmente, nem sempre possamos sabê-lo ao certo e muitas vezes possamos incorrer em erros. De qualquer modo, a duração e a qualidade da nossa vida (incluindo-se aí a duração e a qualidade da vida de outros, que tenham importância para nossa própria vida) depende disto, literalmente.

Outro tanto de amplitude e ambiguidade se dá com a noção de subjetividade, muitas vezes adotada para circunscrever o objeto de estudo da psicologia. Evidentemente, isto pode soar paradoxal no campo científico: como poderia ser viável considerar objetivamente a subjetividade, a ponto de conseguirmos nos entender quanto ao seu significado? A resolução proposta pelo professor Arno Engelmann consiste em admitir que “O indivíduo encontra uma bipartição da pele percebida, de tal maneira que apenas dois estados podem ocorrer: o estado externo ou objetivo fora da pele percebida e o estado interno

ou subjetivo dentro da pele percebida”¹⁶. Nesta chave, “subjetividade” talvez possa ser entendida como a capacidade, exibida pelos organismos vivos, de controlar a partir de “dentro” os fluxos que atravessam a fronteira bipartida da pele, do sistema tegumentar que se abre para “ambos os lados” – fronteira que, ao mesmo tempo, separa e aproxima aquilo que constitui um organismo (os componentes e funções que os especificam – inclusive as funções mentais próprias do humano), daquilo que está “ao redor” deles – seu ambiente.

Partindo desta maneira de conceber a “subjetividade”, deve-se admitir que tal noção não se reporta a algo exclusivamente mental – há muito mais sob a pele do que a mente – há, como bem indicou Maurice Merleau-Ponty, a “carne”¹⁷; nem se reporta a algo exclusivamente pessoal – sob a pele de uma pessoa há muitos conteúdos, componentes, formatações, funções, que são comuns à espécie, cultura, nacionalidade, tempo histórico, posição social etc., a que ela pertence. Em contraface, a noção de “objetividade” reporta algo que, conquanto seja exterior ao ente subjetivo, mobiliza este ente a empregar seus próprios recursos e potencialidades – por assim dizer, os recursos e potencialidades de seu corpo e de sua alma – para sentir, perceber, apreender este algo, e para reagir sobre ele conforme seus próprios desígnios.

Enfim, parece-me que esta chave de compreensão da “subjetividade”, ancorada como está na fronteira interior/exterior do organismo humano, é capaz de articular, de acoplar, diferentes aparatos conceituais que buscam dar conta das interações concretas entre estes campos. Por outro lado, caberá lembrar que há, em português, uma outra palavra – *ambiente* – que refere, igualmente, ao que está “de ambos os lados”, de tal modo que pode designar tudo quanto cerca e envolve um ser vivo e, ao mesmo tempo, tudo que é por ele aspirado ou *ambicionado*¹⁸. Não por acaso, esta mesma palavra, “ambiente”, é muitas vezes inserida nas definições oferecidas tanto às noções

¹⁶ ENGELMANN, Arno. Da conceituação de Estado subjetivo até a Proposição dos escalões de Percepto. In: *Psicologia: reflexão e crítica*, 2002, 15(2), p. 393-405; p. 399 [neste artigo o autor recupera a publicação original de seu trabalho, feita 40 anos antes].

¹⁷ MERLEAU-PONTY, Maurice. O entrelaçamento: o Quiasma. In: *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 129-152].

¹⁸ Cunha, A.G. da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

de comportamento e de mente, quanto à de subjetividade, ou seja, às noções sucedâneas da *psiqué*.

De fato, todas estas noções se instauram ao redor de algo que o olhar humano parece ser naturalmente compelido a discernir na realidade do mundo – mas deve ficar bem claro que ao dizer isto não estou sugerindo nem uma concepção materialista nem uma concepção idealista, seja do ambiente, da mente, do comportamento ou da subjetividade; ao contrário, quero sugerir que todas estas noções são particularmente sintomáticas de que o nosso conhecimento da realidade deve ser gerado por alguma forma peculiar de conjunção entre os materiais e as idéias (aliás, uma conjunção que algumas áreas da psicologia, como a psicofísica e a psicossomática, há muito tentam compreender, com resultados muitíssimo incipientes).

Isto posto, gostaria de dizer que, segundo vejo, todas estas noções possuem algo em comum – a saber, todas elas se referem a algum tipo de *interface fronteira* entre o substrato e o funcionamento dos organismos vivos, e entre estes organismos e as coisas que existem ao seu redor. Sobre a natureza do tipo de fronteira a que estou me referindo e sobre os processos que aí ocorrem, quase tudo ainda está por estudar e nada pode ser dito com certeza; não obstante, arrisco-me a dizer que é nestas *interfaces*, na fronteira entre o substrato e o funcionamento dos organismos vivos, e na fronteira entre estes organismos e as coisas que existem ao seu redor, que acontece de a *psiqué* ser moldada/enformada.

Aqui, é preciso interpolar dois lembretes; primeiro: conquanto diversas espécies pareçam, aos nossos olhos, coexistir num mesmo ambiente, cada uma delas “vive em” (*habita*) um “segmento ambiental” específico (*habitat*), conforme as necessidades e capacidades senso-perceptuais e comportamentais dos indivíduos que pertencem à ela (o *hálito*, ou seja, a *psiqué* própria destes indivíduos)¹⁹; segundo: no caso específico dos Homens, o ambiente (digamos, nosso “mundo próprio”) precisa ser entendido como uma *unidade-diversa* que conjuga duas dimensões: uma,

¹⁹ Como nos instrui, p.e., o conceito de *Umwelt* preconizado por Jakob Von Uexküll (1864-1944), que talvez possa ser traduzido por “automundo” ou “mundo auto-centrado”.

físico-biológica (latitude, longitude, altitude, clima, fauna, flora, geologia, relevo, hidrografia, etc.) e outra, histórico-cultural (economia, política, costumes, idiomas, etc.).

Nesta perspectiva, pode-se dizer que a palavra *psiqué* indicaria, *no mínimo*, tudo quanto é formado (ou reformado, ou transformado, ou metamorfoseado, ou deformado) num organismo humano – a saber: sua “mente”, seu “corpo”, seus “comportamentos”, sua “subjetividade” – como resultantes de sua interação, ao longo do tempo vital, com seu ambiente físico, biológico, histórico e cultural – ambiente este que o organismo percebe e representa e no qual opera, segundo as contingências vigentes e na medida de seus interesses e possibilidades atuais.

Para concluir este tópico quero sublinhar que, segundo me parece, as mesmas dualidades interior/exterior e substrato/funcionamento apontadas no campo da psicologia científica são refletidas também no campo da filosofia da paisagem e que, do meu ponto de vista, neste problema comum reside a possibilidade de tornar frutífero o diálogo proposto nesta primeira conferência interdisciplinar. Penso que, antes de mais, é preciso pautar questões de fronteira, que possam implicar tanto psicólogos quanto filósofos, e assim balizar nossos próximos encontros. O restante de minhas considerações encaminha-se nesta direção.

UM PROBLEMA COMUM ENTRE PSICOLOGIA E FILOSOFIA DA PAISAGEM

No conflagrado campo da Psicologia Científica, em quais fileiras a Filosofia da Paisagem poderia encontrar interlocutores? A meu ver, a pergunta é um tanto impertinente e creio que a melhor resposta seria “em qualquer pelotão”. Mais importante é perguntar: como se dão, concretamente, os diálogos entre psicólogos e filósofos interessados na paisagem? Bem, até o momento parece-me que isto tem transcorrido sob o influxo de afinidades mais ou menos fortuitas, às vezes decorrentes de simpatias acidentais, outras vezes – e isto é mais complicado – decorrentes do emprego comum de termos um tanto ambíguos, que dá a todos a impressão de que estariam “falando a mesma língua” quando, na verdade, nem sempre estão.

Este último caso me parece especialmente frequente quando a conversação envolve algumas das vertentes em psicologia enquadráveis, na nomenclatura proposta por Figueiredo, entre as *matrizes românticas e pós-românticas* (que, aliás, tendem a ser mais propensas a uma aproximação dos estudos sobre a paisagem), embora esta “confusão de línguas” (para usar a apropriada expressão do psicanalista Sandor Ferenczi) pode ocorrer igualmente em diálogos envolvendo a(s) psicologia(s) ditas *cientificistas*. Em ambos os casos, o primeiro problema a enfrentar é de natureza terminológica, e sua solução estará condicionada à disposição e capacidade dos interlocutores (filósofos e psicólogos) para realizarem, mútua e cooperativamente, “transduções”²⁰ das noções e conceitos que cada um deles emprega para se referir à realidade – sem isto, pode haver muita “conversação”, mas não um genuíno diálogo entre tais áreas.

Assim, creio que a melhor contribuição que posso dar ao nosso diálogo é ilustrar minha própria maneira de *transduzir* alguma dentre as questões propostas pela Filosofia da Paisagem. Para tal ilustração, quero tomar um problema explicitado por diversos pensadores presentes neste campo, o qual aparece sumarizado pela professora Adriana Veríssimo Serrão numa curta passagem de seu texto *A paisagem como problema da filosofia*²¹:

Quando examina, em “Os limites das teorias actuais da paisagem e a paisagem como identidade estética dos lugares”, as principais orientações em que se repartiram as teorias mais antigas – a pictórica ou vedutista e a

²⁰ O uso da palavra “transdução” é metafórico, e com ela quero indicar algum processo possivelmente assemelhado a outros que receberam este mesmo nome em três campos distintos: i) na epistemologia genética, nomeadamente para Jean Piaget, a transdução seria uma experiência mental primitiva, a meio-caminho entre a inteligência sensorio-motora e o pensamento conceptual; ii) na ciência cognitiva aplica-se o termo para indicar a conversão da energia física de um estímulo ambiental (p.e., ondas luminosas, pressão mecânica etc.) em atividade elétrica, realizada pelos neurónios sensoriais primários (receptores) e necessária à transmissão da informação sensorial pelas vias aferentes em direção ao sistema nervoso central, onde poderá ser processada; iii) na biologia, Joshua Lederberg e Norton Zinder assim nomearam certo processo de recombinação genética independente de reprodução sexuada, resultante da transferência de segmentos de moléculas de DNA de uma bactéria (doadora) para outra (receptora) por intermédio de vírus bacteriófagos (vetor) que os transportam.

²¹ SERRÃO, A.V. A paisagem como problema da filosofia. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Org.), *Filosofia da paisagem*. uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011, p. 11-35.

físico-biológica ou naturalista –, Paolo D’Angelo mostra bem a necessidade de superar a alternativa entre o subjectivismo e o objectivismo que lhes subjaz, elaborando um conceito abrangente e relacional, capaz de conjugar o plano subjectivo com dimensões objectivas (Serrão, 2011, p. 31).

Os filósofos que se dedicam a este problema da filosofia podem esperar alguma contribuição da psicologia científica? Diretamente, creio que não. E, no entanto, creio que ambos, psicólogos e filósofos, têm uma tarefa conceitual semelhante, que implica desafios semelhantes, qual seja: a tarefa de elaborar um conceito (de *psiqué* os primeiros, de *paisagem* os segundos) *abrangente e relacional, capaz de conjugar o plano subjetivo com dimensões objetivas*.

Creio que uma parte das dificuldades que surgem nos diálogos entre filósofos e psicólogos (ou mesmo entre psicólogos de diferentes orientações) deriva de que cada uma destas áreas (ou mesmo cada “matriz de pensamento” que vigora em seu âmbito) tende a enfocar distintas porções da realidade, delimitadas ancestralmente por noções e conceitos herdados de tradições muito díspares e não descuro que uma outra parte das dificuldades possa resultar da natureza compósita, híbrida, destas porções de realidade que tomamos para estudo, ou de influências recíprocas que possam existir entre elas – dentre estas noções, o presente ensaio confere centralidade às de *psiqué* e de *paisagem*.

Ora, considerando-se que as bipartições “substrato/funcionamento” e “interior/exterior” podem ser inerentes à natureza humana e, portanto, estarão necessariamente refletidas em qualquer setor do nosso pensamento e ação, conforme foi sugerido acima, como poderíamos avançar na tarefa que ora nos ocupa, de elaborar um conceito de *psiqué* e de *paisagem* abrangente e relacional, capaz de conjugar o plano subjetivo com dimensões objetivas?

Retomando as considerações que fiz acima, quero sublinhar um certo “espelhamento” entre, de um lado, o aspecto que estou privilegiando nas minhas considerações sobre as noções mais intrinsecamente relacionadas

à psicologia, ou seja, a moldagem (ou *enformagem*²²) da *psiqué*, como resultado da contínua interação entre o organismo com o ambiente em que ele vive e, de outro lado, a proposição do filósofo Rosário Assunto (1915-1994) com respeito à Paisagem, que ele concebe como uma forma “na qual se exprime a unidade sintética *a priori* da *matéria* (*território*) e do *conteúdo-ou-função* (ambiente)”²³.

De fato, parece-me que a *psiqué* pode ser igualmente compreendida como “forma” na qual se exprime a unidade sintética *a priori* da *matéria* (o corpo orgânico, ou organismo) e do *conteúdo-ou-função* (a mente e o comportamento). Nesta chave, a noção de *psiqué* refere-se diretamente à interioridade dos seres humanos²⁴ tomados individualmente ou, como propôs Arno Engelmann, à *subjetividade* (*o estado interno ou subjetivo dentro da pele percebida*).

Dito de outro modo, a noção de *psiqué* refere-se à forma singular assumida por uma unidade empírica compósita, que se mostra à observação de outrem (de outros seres humanos, dentre eles os filósofos e cientistas) como totalidade atual de organismo, mente e comportamento – uma unidade-diversa, indissolúvel no plano empírico, de componentes físicos, biológicos, históricos e culturais, componentes estes que estão em contínua *interação*²⁵ com seus correlatos exteriores ao organismo (ou seja, com o ambiente).

Assim, o interior e o exterior do organismo humano constituiriam dois sistemas analiticamente discerníveis, mas que se influenciam mutuamente, ou seja, que moldam/enformam um ao outro. Figurativamente, eu diria que ao

²² Prefiro usar o verbo “moldar” (cf. Ribeiro 2018), mas parece-me cabível utilizar também o (quase sinônimo) “enformar”, em benefício da aproximação com Rosário Assunto e seus leitores – como ficará mais claro adiante.

²³ ASSUNTO, Rosário. Paisagem, Ambiente, Território. Uma tentativa de clarificação conceptual (p. 128). In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Org.), *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011, p. 126-129.

²⁴ Talvez não apenas dos humanos, mas vou furtar-me a pensar isto agora.

²⁵ Cumpre notar que o conceito de interação, oriundo da física, indica primordialmente a influência mútua ou recíproca entre dois ou mais sistemas, uma influência que pode ser constatada pela percepção de alterações em ambos os sistemas (em ambos, mesmo que tais alterações apresentem magnitudes muito diferentes em cada um deles) – alterações, por exemplo, de forma, de posição ou de movimento. O assunto mereceria ser explorado em maior profundidade, o que há de ser feito em outra ocasião.

olhar humano e em condições ótimas a face interior mostra-se como *psiqué*, a face exterior como *paisagem*; portanto, creio que as noções de *psiqué* e de *paisagem* são, de algum modo que nos cumpre investigar, correlativas – e que será mais produtivo se investigarmos isto *co-laborativamente*.

UMA PERSPECTIVA ÉTICA COMUM PARA A PSICOLOGIA CIENTÍFICA E A FILOSOFIA DA PAISAGEM?

As especulações expostas acima alertam, como já tive ocasião de sugerir²⁶, para a *gravidade* de mudanças formais havidas em qualquer um dos lados, seja na paisagem, seja na *psiqué* de seus habitantes. Quando se compreende paisagem e *psiqué* como formas que interagem e se espelham, numa situação de contínua e recíproca *moldagem/enformagem*, deve-se considerar que qualquer mudança pode estar expressando alterações de conteúdo-ou-função que, iniciando-se em qualquer um dos polos, logo reverterá inexoravelmente ao outro, engendrando um processo contínuo e nem sempre previsível de transformações. Portanto, é preciso ter em conta que estas transformações podem determinar consequências benignas ou malignas, a depender da natureza da alteração em questão, sobretudo para os seres vivos que coabitam um mesmo lugar.

A questão que se levanta é: pode haver uma perspectiva ética comum, que oriente o pensamento e a prática, simultaneamente, dos psicólogos e dos filósofos da paisagem? Eu creio que sim, e que esta perspectiva ética comum está dada pela busca de conhecimentos que possam fundamentar uma *vida boa* para todos, pelo maior tempo possível. Por outro lado, uma perspectiva ética comum não garante o estabelecimento de uma cooperação profícua; para avançarmos na compreensão das relações entre *psiqué* e *paisagem* é necessário contar com as contribuições de todas as matrizes do pensamento psicológico.

²⁶ Particularmente em: a) RIBEIRO, S.M.P. & BARTALINI, V.. Considerações sobre a gravidade ética e política da paisagem e de suas transformações. In: RIBEIRO, Sandra Maria Patrício (Org.). *Ethos humano e mundo contemporâneo: diálogos e estudos*. (1ª/versão on-line). São Paulo: Baracoa, 2019 (p. 40-76). Acesso aberto: <https://www.baracoa.com.br/livros-on-line>; b) RIBEIRO, S. M. P.. A Felicidade e a(s) Paisagem(ns) Desprotegida(s): imagens aterradoras de um incerto devir. In: Jorge, J. D. G. (Org.). *O (re)verso da paisagem: filosofias da pobreza e da riqueza*. Lisboa: GEC/FA-UTL/FCT, 2013 (p. 105-110)

Devemos evitar sobretudo que, pelas vias de afinidades temáticas e nocionais um tanto ambíguas, o diálogo permaneça restrito aos psicólogos de inspiração “romântica e pós-romântica” pois, conquanto estes diálogos possam ser muitíssimo enriquecedores, tal exclusividade pode redundar numa hipertrofia do abstracionismo, subjetivismo e antropocentrismo que tende a caracterizar tal modalidade de psicologia – indo, portanto, na direção contrária da visada elaboração *abrangente e relacional, capaz de conjugar o plano subjetivo com dimensões objetivas*, dos conceitos de *psiqué* e de *paisagem*.

Portanto, filósofos e psicólogos de todas as modalidades, inclusive as ditas “cientificistas”, juntamente com estudiosos de outras várias disciplinas, devem conversar insistentemente; devem lançar uns aos outros seus próprios problemas e conhecimentos especializados e suas hipóteses de trabalho. Este caminho de *hibridização* metodológica pode não ser fácil, ao contrário, pode ser longo e árduo, especialmente porque envolve o compartilhamento e articulação não apenas de conhecimentos e jargões, mas sobretudo de métodos muito díspares e especializados.

BUSCANDO UMA PERSPECTIVA METODOLÓGICA HÍBRIDA PARA O ESTUDO DA PAISAGEM...

Antes de mais, julgo oportuno avançar a idéia de que precisamos examinar as questões e as teorias relativas à ética da paisagem ali mesmo onde elas se apresentam concretamente, no mundo empírico. Enquanto psicóloga social, acredito que é preciso observar e, quando possível, mensurar e até realizar experimentos acerca dos problemas éticos que emergem no cotidiano das pessoas e dos grupos.

No mínimo, parece-me necessário e urgente revisar e integrar todos os conhecimentos já disponíveis – e produzir novos conhecimentos – sobre as influências contínuas e recíprocas entre o lugar de vida (situação), a subjetividade (“vida psíquica” ou “interioridade”) e os comportamentos pessoais e sociais (a vida individual e coletiva, tal como se exterioriza em atuações, condutas, procedimentos, hábitos etc.), bem como as vicissitudes e consequências típicas constatadas nas interações destes três âmbitos para a vida individual e coletiva dos seres humanos.

Por razões etimológicas e filológicas, tenho atribuído ao conjunto destas complexas influências a designação *ethos*. Nesta direção, tenho defendido a tese de que o *ethos* é uma relação natural (como que) de moldagem contínua e recíproca entre um lugar e a vida de seus habitantes²⁷. Devo dizer que os diálogos que mantive nos últimos anos com filósofos da paisagem tiveram um papel inspirador fundamental na elaboração desta perspectiva que apresento aqui (mas, claro, a responsabilidade pelos equívocos e erros que eu possa ter cometido é inteiramente minha); além disso, acredito que ela possa vir a ser ajustada, mais bem definida e posicionada, mediante uma efetiva *co-laboração* com os estudiosos da Filosofia da Paisagem.

Tenho plena consciência de que a perspectiva acima delineada ainda se mostra precária e instável, e que só consegui formulá-la em termos bastante obscuros. Seja como for, é a partir dela que venho conduzindo alguns diálogos interdisciplinares e orientando estudos em psicologia social (subárea à qual encontro-me vinculada institucionalmente) sobre a relação ética (ou seja, sobre a relação que estou designando pela palavra *ethos*), alguns dos quais podem ser acessados através de *e-book* recentemente lançado e disponível em acesso aberto e gratuito²⁸.

Tal perspectiva, como já foi dito, assume como hipótese de trabalho que o interior e o exterior do organismo humano constituem dois sistemas analiticamente discerníveis, porém realmente em contínua interação (ou seja: que continuamente se alteram, que moldam/enformam um ao outro, que se influenciam mutuamente). Nesta perspectiva, as noções de *psiqué* e de *paisagem* parecem ser correlativas entre si, e corresponderiam às formações perceptíveis, respectivamente, no interior e no exterior do organismo humano.

²⁷ RIBEIRO, S. M. P. *Lições preliminares para o estudo do ethos contemporâneo* [doi:10.11606/T.47.2019.tde-05042019-100757]. Tese (Livre-Docência – Departamento de Psicologia Social e do Trabalho). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/47/tde-05042019-100757/pt-br.php>

²⁸ RIBEIRO, S. M. P. (Org.). *Ethos humano e mundo contemporâneo: diálogos e estudos*. (1ª /versão on-line). São Paulo: Baracoa, 2019. doi: 10.5935/978-65-80620-00-5 - Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/483ccb_2c49f020f91f44d98e338c67c5273142.pdf>

Entretanto, nem sempre o olhar humano, seja ele poético ou prosaico, contemplativo ou pragmático, filosófico ou científico, reconhece a forma de um lugar particular como paisagem. Sobre muitos lugares se diz que a paisagem foi corrompida, destruída, que não existe ali. Outro tanto se dá com a psiqué: há pessoas sobre cuja psiqué se diz que foi de algum modo corrompida, que se encontra adoentada, degenerada, e até mesmo que a pessoa é “desumana” ou “desalmada”. Daí que eu tenha feito, alguns parágrafos atrás, uma ressalva sobre a face interior mostrar-se como psiqué, a face exterior como paisagem: isto deve ocorrer, sim, mas apenas em *condições ótimas*.

A pergunta que se impõe é: quais seriam estas “condições ótimas”? Pois bem, esta é mais uma questão que interessa tanto ao filósofo da paisagem quanto ao psicólogo. Do ponto de vista da Psicologia Científica, trata-se de um problema a ser investigado empiricamente valendo-se, antes de mais, das tradições investigativas que já se tem à mão.

Parte importante do trabalho da Psicologia Científica, em qualquer das abordagens teórico-metodológicas que abriga, consiste em procurar descobrir quais condições (internas ou externas, passadas ou presentes) estão correlacionadas ao funcionamento psíquico e comportamento atual das pessoas – na maioria das situações, isto é o melhor que o psicólogo científico, enquanto tal, está habilitado a fazer; é a melhor contribuição que a psicologia pode oferecer aos estudos da paisagem.

Para finalizar, eu gostaria de sublinhar que as formas assumidas pelos lugares, tanto quanto pelas subjetividades e pelos comportamentos derivam das interações que estes diferentes aspectos do ethos humano mantêm entre si *em função da vida* – isto para relembrar mais uma inspiradora passagem de Rosário Assunto: “...no que diz respeito ao ambiente, o território é a matéria-prima, enquanto o ambiente é o território tal como a natureza e o homem o organizaram **em função da vida**” (*op. cit.*, p. 128; grifo da autora).

Assim, a forma de um lugar será vista por alguém como boa e bela, como “paisagem”, apenas na medida em que, aos seus olhos, parecer corresponder à forma atual de sua subjetividade e de seu comportamento – parecer

propícia à sua própria vida; é neste sentido que penso ser lícito abordar a paisagem como forma reconhecível do ethos humano.